

# EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Graciane Ferreira da Silva de Andrade<sup>1</sup>

Lucinete Gadelha da Costa<sup>2</sup>

*Universidade do Estado do Amazonas - UEA*

*gracianetapaua@gmail.com<sup>1</sup>*

*lucinetegadelha@gmail.com<sup>2</sup>*

## **RESUMO:**

O presente artigo é originado do Projeto de Iniciação Científica em desenvolvimento na edição 2015/2016 do PAIC na Universidade do Estado do Amazonas-UEA/ FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Visa apresentar as atividades, que estão sendo desenvolvidas no projeto que tem como objetivo compreender os princípios teóricos metodológicos que fundamentam a Educação do Campo. Nos procedimentos metodológicos para atingir o objetivo proposto enveredou-se pela abordagem qualitativa num estudo de caráter bibliográfico, pautado na leitura de obras referente à temática, bem como atividades de fichamentos, socialização com debate no Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC), produzindo artigos resultados da iniciação à pesquisa na relação com o ensino e a extensão. Assim, o presente estudo tem por finalidade contribuir para a formação do estudante incentivando a ser um professor pesquisador, crítico e reflexivo a cerca da sua realidade. E através das análises críticas e reflexivas das obras estudadas compreender os princípios teóricos/metodológicos que fundamentam a Educação do Campo, salientando a relevância do estudo sobre a Educação do Campo na Formação de Professores que poderá trazer elementos importantes para a formação docente, contribuindo para uma leitura crítica do processo de ensino aprendizagem em nosso contexto amazônico.

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação de professores, Metodologia de Ensino.

## **INTRODUÇÃO**

Propomos com esse projeto de Iniciação a Pesquisa dar continuidade aos estudos que vem sendo desenvolvidos no Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC), e de atividades de extensão em que foi realizada uma em parceria com a SEMED com o projeto intitulado: A construção curricular na Educação do Campo: oficinas pedagógicas em escolas do assentamento tarumã mirim no município de Manaus-Am.

As ações do referido projeto na Iniciação Científica, tem como objetivo compreender os princípios teóricos metodológicos que fundamentam a Educação do Campo, com o intuito de gerar um debate sobre a Educação do Campo projetando o interesse na formação de professores através das reflexões sobre esse paradigma educacional.

Também buscamos refletir sobre as políticas de educação do campo definidas no Parecer CNE/CEB 36/2001 e na Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que instituem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo.

## **METODOLOGIA**

Nos procedimentos metodológicos para atingir o objetivo proposto enveredamos pela abordagem qualitativa num estudo de caráter bibliográfico, que visa coloca o pesquisador em contato direto as produções referentes a temática. Pautado na leitura de obras referente à temática, bem como atividades de fichamentos, socialização com debate no grupo de pesquisa GEPEC e a partir do desenvolvimento da pesquisa produzir artigos resultados da iniciação à pesquisa na relação com o ensino com a perspectiva de gerar novos projetos de extensão como desdobramento do estudo.

Assim, as atividades desenvolvidas neste processo em andamento foram a elaboração do fichamento do livro Metodologia da Pesquisa em Educação: estudo para auxiliar na formação de professores (as) educadores (as) do campo (2012) e a participação no I Encontro do Comitê Estadual da Educação do Campo. A seguir apresentaremos as reflexões em torno da formação de professores na Educação do Campo.

### **Resultados e Discussão: Refletindo a formação de professores (as) na perspectiva da Educação do Campo.**

Iniciamos apresentando uma breve retomada sobre alguns elementos da trajetória da construção da Educação do Campo salientando que para compreendermos a trajetória da Educação do Campo, é necessário retomarmos nossa construção histórica de caráter agrário. Paiva (1987) salienta que no período colonial, o campo foi tido como um espaço de negócios que, com o tempo e a reação com o surgimento da lógica do capitalismo, trouxe a forte dominação econômica e a hegemonia cultural da agricultura capitalista sobre a camponesa, expulsando as famílias de seus espaços territoriais, forçando o camponês a engordar o êxodo rural ou ficar, e lutar por seus direitos.

É nesse contexto de luta de classes, envolvendo o êxodo rural, que se constitui as primeiras ideias de educação do campo, ou seja, uma educação específica e voltada para a realidade dos sujeitos da classe dominada. Assim, torna-se necessário compreender todos os processos históricos,

que desencadearam esse novo modelo de educação e discutia sobre os problemas sociais emergentes.

É importante compreender a questão agrária brasileira, pois ela é a base para o entendimento da educação no meio rural. Entre as dimensões dessa problemática destacam-se: as formas de distribuição das terras, a organização da produção agropecuária, a comercialização dos produtos, as políticas públicas entre outros aspectos que configuram o capitalismo na sua face rural (BATISTA, 2011, p. 53).

Os movimentos sociais populares na década de 1960 começam a desempenhar um papel importante na luta pelas reivindicações de seus direitos pelo acesso a terra, moradia, educação entre outros, a fim de atender as necessidades dos povos do campo.

Através do movimento de luta pela terra, camponeses empreenderam lutas históricas que se destacam no cenário nacional, bem como no estado da Paraíba a partir da segunda metade do século XX, e se estendem na atualidade, através de processos de resistência não apenas na luta por terra, mas pela permanência na terra conquistada e acesso a políticas públicas eficazes que demarcam as territorializações camponesas (LORENZO, 2011, p. 181-182).

Nos anos 1970, as reações ao autoritarismo implantado pelo golpe militar vigente, cresceram. Começaram a serem pensadas outras possibilidades para a escola rural, agora com uma perspectiva crítica. Iniciativas diferentes, situadas no campo da educação popular, passaram a exigir maior participação do Estado no cenário rural brasileiro.

E, então com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) essas discussões se acentuaram no tocante a proposta que a LDB trazia, que mostrava os primeiros indícios de como seria a oferta da educação básica.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Durante este período, vários movimentos sociais populares foram responsáveis por conseguirem esse reconhecimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) um dos mais expressivos entre esses e nessa constante luta, reivindicava melhores qualidade de vida aos homens, mulheres e crianças do campo. O MST inicia o movimento no interior dos acampamentos

e dos assentamentos conquistados, iniciando nesse processo as experiências educacionais como referência de sua trajetória.

O MST origina-se das lutas dos expropriados da terra, principalmente no sul do Brasil, com o apoio das alas das igrejas que seguiam a Teologia da Libertação. Majoritária nesse contexto, a Igreja Católica, em grande parte devido a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), DO Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Justiça e Paz, apresenta a sua face comprometida com os interesses dos explorados e abrem seus espaços, inclusive os espaços físicos, para os trabalhadores do campo (NETO, 2003, p. 48 apud SANTOS, 2010, p.2).

No conjunto de suas reivindicações por terra, produção, comercialização, agrega também, o direito à educação básica, estendendo à educação profissional e universitária aos sujeitos do campo. Sujeitos estes, definidos no Decreto 7.352/2010 em seu Art.º1, parágrafo 1º onde são considerados sujeitos do campo:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no campo, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e ainda, caracterizadas por uma educação urbana fizeram com que o movimento social popular iniciasse novas experiências e, produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo.

A concepção de escola do campo originada destas conquistas volta-se para uma educação que tem como referência a formação humana, e como salienta Batista (2011) trata-se, portanto, de educar as pessoas como sujeitos históricos e coletivos, na perspectiva de que se tornem autores sociais, sujeitos da construção de uma nova sociabilidade e de uma nova escola.

A construção curricular da escola a partir da lógica dos movimentos sociais populares, não se quer somente uma escola no campo, mas sim uma escola do campo e para o campo, que faça parte da comunidade, que relacionem o os saberes escolares com os saberes da terra, desenvolvendo propostas curriculares que valorizem esse saber e a cultura dos camponeses.

Assim, enquanto professores, somos desafiados todos os dias a enfrentar os problemas, que surgiu em nossa prática pedagógica. Dessa forma, torna-se necessário esse refletir sobre nossa prática educativa, para torna-la em práxis pedagógica e produzir conhecimentos. Precisamos, valorizar a

pesquisa no espaço acadêmico e incentivar os estudantes a produzirem conhecimento, superando um ensino pautado na memorização e repetição de informações.

Neste primeiro fichamento voltado a Metodologia da Pesquisa em Educação a ênfase foi ao processo de construção do conhecimento na área da educação, orientador de processos de pesquisa e salientando a importância destes estudos em processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido, destaca Franco e Ghedin (2012, p. 11 e 12) “A responsabilidade de toda pesquisa é fazer o conhecimento avançar [...] o mais importante do processo de construção do conhecimento é estar em busca, mantendo-se atento a tudo que se passa em volta”. A pesquisa é carregada de intencionalidades e ao produzirmos conhecimento devemos estar atentos à complexidade da realidade e todos os problemas, que perpassam o cotidiano. Pois, o conhecimento não é estanque ele se transforma através da ação do homem na sociedade.

Para construir um projeto de pesquisa precisamos escolher o objeto de estudo. E no decorrer desse processo a relação sujeito e objeto investigado tornar-se essencial, porque, vai se construindo uma identidade pessoal do próprio pesquisador nesse movimento de amadurecimento e escolha. Como, afirma Franco e Ghedin (2012, p. 13) “O conhecimento do objeto investigado nos envolve de tal modo que se constrói uma identificação com o que, somos isto é nossa identidade pessoal acaba por se identificar com o objeto”.

É através do estudo com base nas experiências que temos que se dará a possibilidade do avanço do entendimento do nosso interesse de investigação. Neste sentido, é importante que a pesquisa parta de uma realidade já vivenciada pelo pesquisador, ou seja, o professor no momento em, que consegue pensar criticamente sobre a sua prática pedagógica, estará refletindo na ação-reflexão-ação para transformar a realidade.

O professor pesquisador é, por conseguinte, aquele que reflete sobre a sua prática, estabelecendo a problemática que o preocupa para produzir novos conhecimentos sobre sua realidade, ou a realidade educacional do país, que sejam relevantes e socialmente fidedignos, tornando, assim, um grande desafio para os profissionais da educação (MOURÃO, 2012, p. 39).

Assim, a problemática da pesquisa partirá de um problema do cotidiano escolar, então conhecer as metodologias que permeiam a escola do campo é fundamental para entender como se desenvolve o processo de ensino aprendizagem nas escolas do campo. De acordo com Borges e Silva (2012, p. 61) “Hoje a pesquisa tem auxiliado na formação de professores (as), por meio de três atitudes fundamentais, enquanto profissional da educação que são: atitude reflexiva, crítica, investigativa e transformadora”.

Com esta mesma lógica constituiu-se o I Encontro do Comitê Estadual da Educação do Campo realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2015 na Escola Normal Superior – ENS/UEA na cidade de Manaus discutindo a temática da Educação do Campo para contribuir com as políticas públicas no campo educacional, enfatizando a importância do currículo diversificado, que atenda às necessidades do homem do campo.

O encontro contou com a participação de pesquisadores, professores, estudantes, gestores da escola pública e representante das instituições públicas de ensino superior, órgãos federais, estaduais e municipais, entidades privadas, movimentos sociais e organizações não governamentais, que discutem a respeito da temática sobre Educação do Campo das Águas e da Floresta.

Serão apresentadas a seguir as principais temáticas que nortearam a discussão no encontro que teve como objetivo refletir sobre as Políticas da Educação do Campo no Estado do Amazonas, e socializar os trabalhos, que estão sendo desenvolvidos em nosso estado e para encerrar o encontro foi elaborado o Regimento Interno do Comitê Estadual da Educação do Campo e definiu-se a primeira coordenação do comitê.

No primeiro momento o Prof<sup>o</sup>. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Haje, assessor convidado destacou o Papel do Comitê Estadual da Educação do Campo a partir de sua experiência no Fórum Estadual da Educação do Campo do Pará (UFPA), destacando que o pesquisador na educação é fundamental e determinante para transformar a sociedade e que precisamos lutar não somente pela terra, mas sim por vários direitos sociais entre eles a educação.

Ressaltou que vem sendo através de lutas, que estamos construindo a educação do campo para atender as demandas e necessidades dos sujeitos do campo. Enfatizando, que o movimento de educação do campo é pautado em três pontos que são: os protagonistas, ou seja, o homem do campo é um ator social que constrói e reconstrói sua realidade, os movimentos e organizações sociais e as universidades públicas. E esses três componentes estão em constante luta.

É importante destacar as principais lutas do movimento de educação do campo, como: Garantir a Universalização dos Direitos ao conhecimento através da educação escolarizada e a vida com dignidade. Pois, como sabemos a vida do campo é precária então precisamos lutar por educação, trabalho, cultura e tecnologia para que os povos do campo tenham uma vida digna.

Pois, a educação do campo é feita pelos rios da Amazônia, então torna-se necessário debater e refletir sobre as políticas públicas, que atenda as demandas emergentes do nosso contexto regional. Assim, entre os avanços e retrocessos o movimento da Educação do Campo vem realizando

conquistas, dentre essas destacamos as Diretrizes para as Escolas do Campo, salientando a importância de trabalharmos com a pedagogia da alternância.

Portanto, é necessário fortalecer a educação do campo e afirmar o território do campo como territórios de lutas constantes, espaço de diversidade cultural e espaço de direito. E segundo, Borges e Silva (2012, p. 62) “O ser humano sujeito da história é formado por suas relações sociais e, ao mesmo tempo, ele pode ser: passivo e ativo, ou seja, determinado e determinante.” Assim, as ações do homem na sociedade transformam as relações sociais. Então, o sujeito que constrói e reconstrói a sua história podendo agir passivamente aceitando tudo pronto e acabado ou agir ativamente transformando a sua realidade.

E no segundo momento foram apresentados relatos de experiências na educação do campo como a da Escola da Terra um programa, que visa promover a educação continuada de professores para, que atendam as especificidades regionais; o Projovem Campo – Saberes da Terra, que trabalha no viés da pedagogia da alternância; A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos – com sua experiência fundamentada na gestão familiar, estudo da realidade, pedagogia da alternância, associativismo, princípios agroecológicos, igualdade de gênero e espaço de convergência dos movimentos sociais, manejo uso múltiplo e preservação da floresta, espaço de recreação e projeto profissional de vida (PPV); Movimentos de Mulheres Camponesas também na luta pela educação do campo, um movimento atua na formação política com a intenção de organizar as mulheres para reivindicarem seus direitos; Fundação Amazonas Sustentável trabalha com Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCSs).

Dessa forma, as experiências nos mostram que é possível trabalhar com a educação do campo e desenvolver um currículo contextualizado. Pois, a educação do campo é feita nos rios e floresta da Amazônia e debater e refletir as políticas de educação campo é essencial.

Assim, o I Encontro do Comitê Estadual da Educação do Campo nos apresentou a proposta de discutir a educação do campo no viés da pedagogia da alternância, a valorização dos povos da Amazônia e dos povos do campo discutindo amplamente uma educação que respeite a diversidade cultural, e que o homem do campo estar inserido.

## CONCLUSÃO

É necessário deixar claro que o projeto de Iniciação Científica cujo tema é Educação do Campo: Um estudo sobre os princípios teórico-metodológicos está em andamento e os dados obtidos até agora através da pesquisa bibliográfica estão sujeitos a alterações e modificações. Neste sentido, destacamos que a educação do campo configura-se como um espaço de luta de classes onde os sujeitos envolvidos, querem ser representados e reconhecidos com agentes sociais transformadores da realidade.

Então, estudar sobre os princípios metodológicos que norteiam a educação do campo é fundamental para entendermos que a metodologia trabalhada nas escolas das zonas urbanas não atende as necessidades das escolas da zona rural e precisa ser diversificada, para realmente atender a necessidade dos sujeitos do campo.

Respeitando, os saberes tradicionais e tornando-os científicos mesclando-os nas práticas escolares. Dessa forma, faz-se necessário que o professor tenha uma atitude crítica e reflexiva a cerca da realidade. Portanto, a produção de conhecimento envolve todos os fatores que permeiam o âmbito da educação do campo, inclusive as intencionalidades dos sujeitos envolvidos. É fundamental fortalecer a educação do campo no estado do Amazonas. Porém, uma educação que respeite a dignidade e diversidade cultural, e que o homem do campo se veja representado nessa educação.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Educação do Campo emergiu em meio a lutas por direitos no campo das Políticas Públicas. Em sua trajetória traz muitas conquistas, porém precisamos avançar no seu reconhecimento no âmbito escolar para que possam refletir-se nas construções curriculares. Embora saibamos que o currículo necessita estar de acordo com o contexto social onde a escola está inserida, percebe-se que há dificuldades em por em prática esta construção.

Esse se configura nosso grande desafio, pensar e efetivar práticas destinadas a romper com o processo de formação de professores, voltadas para a realidade urbana como se fosse a única. Portanto, há ainda um longo caminho a seguir e cabe a nós avançar.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Orgs.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BORGES, Heloisa da S; SILVA, Helena B. da. Elementos Essenciais do Projeto e do Relatório de Pesquisa em Educação do Campo. In: BORGES, Heloisa da S; MOURÃO, Arminda Rachel B. (Orgs.). **Metodologia da Pesquisa em Educação**: estudo para auxiliar na formação de professores (as) educadores (as) do campo. Manaus: UEA edições, 2012.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia S. A Reflexão Sobre a Ciência e a Metodologia Científica Como Pressupostos da Pesquisa em Educação. In: BORGES, Heloisa da S; MOURÃO, Arminda Rachel B. (Orgs.). **Metodologia da Pesquisa em Educação**: estudo para auxiliar na formação de professores (as) educadores (as) do campo. Manaus: UEA edições, 2012.

HAJE, Salomão Antonio M. O Papel do Comitê Estadual de Educação do Campo. In: **I Encontro do Comitê Estadual da Educação do Campo**, 1, 20-21 ago. 2015. Manaus.

LORENZO, Ivanalda Dantas Nobrega Di. Sustentabilidade e desenvolvimento no Campo: Uma análise a partir das políticas de educação do campo ensino superior- curso de ciência agrária do PRONERA na UFPB. In: XAVIER, Maria do Socorro Batista (Org.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas**. Joao Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Por uma Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.